



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 02 de março de 2010

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da DROGASIL S.A. submete à apreciação de seus Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 05 de abril de 2010, às 15:00 horas as propostas descritas a seguir:

1. A proposta de destinação do lucro líquido e demais lucros acumulados é:

Lucro Líquido do Exercício.....	R\$ 74.589.990,75
Realização da Reserva de Reavaliação	R\$ 201.823,20
Dividendos Prescritos.....	<u>R\$ 31.358,10</u>
Valor total a ser destinado	R\$ 74.823.172,05

Destinações:

Reserva Estatutária (62,6% do resultado líquido do exercício):R\$ 46.704.161,85

Reserva Legal (5% do resultado líquido do exercício ajustado):R\$ 3.729.499,54

Juros Sobre Capital Próprio (valor bruto):.....R\$ 20.472.106,62

A proposta é que os Acionistas referendam a apropriação dos juros sobre capital próprio deliberada nas Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração de 16/03/2009, no valor de R\$ 4.500.000,00, de 15/06/2009, no valor de R\$ 5.022.106,62, de 21/09/2009, no valor de R\$ 5.350.000,00 e do dia 14/12/2009, no valor de R\$ 5.600.000,00, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório e serão pagos aos acionistas sem acréscimo de correção monetária ou juros, em uma única parcela em 31/05/2010.

Dividendos:R\$ 3.917.404,04

Informamos ainda que a destinação ora proposta está perfeitamente refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração da Companhia, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo I da presente Proposta.

2. Proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da

Diretoria da Companhia para o exercício 2010, no valor total de R\$ 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil reais).

Nos termos do artigo 12, II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, disponibilizamos aos Acionistas as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência no Anexo II da presente Proposta.

Estamos encaminhando, também, o item 10 do Formulário de Referência que trata do comentário dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais da Companhia no Anexo III.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

DROGASIL S/A

Cláudio Roberto Ely
Diretor Geral e de Relações com Investidores

ANEXO I -

1. **Lucro Líquido do Exercício**.....R\$ 74.589.990,75

2. **Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Descrição	Declarado em:	Valor bruto por ação:	Montante global:
Juros sobre capital próprio	16/03/09	0,076193619	4.500.000,00
Juros sobre capital próprio	15/06/09	0,084659576	5.022.106,62
Juros sobre capital próprio	21/09/09	0,090187000	5.350.000,00
Juros sobre capital próprio	14/12/09	0,094401346	5.600.000,00
Dividendo	Proposta		3.917.404,04
Total			24.389.510,66

3. **Percentual do lucro líquido do exercício distribuído**32,7%

4. **Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.**

5. **Remuneração aos acionistas, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Descrição	Valor Bruto	Classe de Ação	Forma, prazo de pagamento e atualização
Dividendo	3.917.404,04	ON	Pagamento em parcela única até 31/05/2010, sem acréscimo de atualização monetária ou juros

6. **Não foram declarados**

dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. **Tabelas comparativas indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:**

o Totais

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração			
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Juros sobre capital próprio	Total
2006	20.795.165,86	ON	541.344,33	5.931.250,92	6.472.595,25
2007	21.625.846,55	ON	2.943.761,04	7.061.211,00	10.004.972,04
2008	51.172.561,65	ON	-	19.421.607,96	19.421.607,96
2009	74.589.990,75				

o V
a
l
o
r
e
s

por ação

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Declarado em:	Valor bruto por ação	Montante global
Juros sobre capital próprio	2.006	ON	11/05/06	1,110000000	2.612.574,81
Juros sobre capital próprio	2.006	ON	28/09/06	0,840000000	1.977.083,64
Juros sobre capital próprio	2.006	ON	21/12/06	0,570000000	1.341.592,47
Dividendo	2.006	ON	21/12/06	0,230000000	541.344,33
Total	2.006				6.472.595,25
Juros sobre capital próprio	2.007	ON	21/12/07	0,600000000	1.412.202,60
Juros sobre capital próprio	2.007	ON	20/09/07	0,049000000	3.075.571,24
Juros sobre capital próprio	2.007	ON	13/12/07	0,041000000	2.573.437,16
Dividendo	2.007	ON	25/02/08	0,046900000	2.943.761,04
Total	2.007				10.004.972,04
Juros sobre capital próprio	2.008	ON	24/03/08	0,081015943	5.021.607,96
Juros sobre capital próprio	2.008	ON	23/06/08	0,073272288	4.500.000,00
Juros sobre capital próprio	2.008	ON	22/09/08	0,075411420	4.500.000,00
Juros sobre capital próprio	2.008	ON	11/12/08	0,091432343	5.400.000,00
Total	2.008				19.421.607,96

8. Destinação de lucros à reserva legal

- Montante destinado à reserva legal R\$ 3.729.499,54
- A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício e, seu valor total após a constituição, alcançou 3,5% do capital social, não superando os 20% de limite legal.

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- no estatuto, está assim previsto o pagamento de dividendo obrigatório: *“Artigo 21, item b: a parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.”*
- o dividendo obrigatório estará sendo pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

(+) Lucro Líquido do Exercício	74.589.990,75
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	201.823,20
(-) Reserva Legal	(3.729.499,54)
(=) Base para Dividendo Mínimo	71.062.314,41
Juros sobre capital próprio (JSCP) declarado líquido do IRRF 15%	17.401.290,63
Dividendo proposto	3.917.404,04
% Dividendo + JSCP líquido sobre base para Dividendo Mínimo	30,0%

Observação: de acordo com a proposta da Administração, os JSCP serão imputados ao Dividendo Obrigatório.

- Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.



14. Destinação de resultado para reserva estatutária:

- a. No estatuto, está assim prevista a constituição da reserva estatutária: *“Artigo 21, item c: importância equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social para a formação da conta “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e cujo saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuados a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembléia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S. A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.”*
- b. montante destinado à reserva estatutária.....R\$ 46.704.161,85
- c. A reserva estatutária foi calculada em valor equivalente a 62,6% do lucro líquido do exercício, portanto dentro do limite estatutário e seu valor total após a constituição não ultrapassou o capital social.

15. Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO II – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009

Valores expressos em milhares de reais

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração para o conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal segue padrão de mercado, visando atrair e reter bons profissionais.

b. composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração:

Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para os membros comuns e diferenciados para presidente e vice-presidente.

Diretoria Estatutária:

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado, assim como recebem gratificações em dinheiro de acordo com as avaliações dos resultados alcançados. Os membros da diretoria também recebem remuneração baseada em ações. As gratificações e o plano de “stock option” têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

Conselho Fiscal:

Cada membro do conselho fiscal é remunerado em valor equivalente a 10% da média atribuída a cada diretor, não computados os benefícios ou gratificações.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixa em sua totalidade. A da Diretoria tem se

situado na faixa de 15% para a parte fixa e 85% para a variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável são determinados em função do orçamento e de sua execução.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

O grande peso atribuído à remuneração variável justifica-se como forma de associá-la aos objetivos estratégicos da Companhia e motivar a Diretoria a persegui-los no curto e no longo prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os principais indicadores da remuneração variável são as Vendas e o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

As remunerações variável e a baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

As remunerações variável e a baseada em ações têm seus valores atrelados ao atingimento das políticas e metas estratégicas e financeiras determinadas para o curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não se aplica.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

Exercício de 2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	4	3	15
Remuneração fixa anual:	1.235	1.847	165	3.247
Honorários	1.235	1.847	165	3.247
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	9.033	-	9.033
Bônus	-	9.033	-	9.033
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício	-	-	-	-

do cargo				
Remuneração baseada em ações	-	1.276	-	1.276
Total	1.235	12.156	165	13.556

13.3. Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	8	4	3	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	9.033	n/a	9.033
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a = Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais:

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores e empregados em nível gerencial da Companhia. O Plano de opção vigente na Companhia, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28/06/2007. Na mesma data, o Conselho de Administração deliberou a eleição dos beneficiários do plano, quantidades de ações que poderiam ser adquiridas, definição de preço, prazos e condições de exercício de opção. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("Contrato de Opção"). O plano aprovado em 28/06/2007 fixou o preço de exercício das opções a serem outorgadas aos beneficiários em R\$ 2,63 por ação, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M, a partir da data da respectiva outorga, até a data de exercício da opção, que correspondia ao valor do patrimônio líquido da ação em 31 de março de 2007. O preço da opção deverá ser pago pelos beneficiários, em dinheiro, no prazo de 5 dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do

beneficiário nos livros da instituição financeira depositária. O plano estabelece que as opções outorgadas aos beneficiários somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção poderão ser adquiridas a partir de 6 (seis) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção que ocorreu em 28.06.2007, (b) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser adquiridas a partir de 18 (dezoito) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, (c) até 14% (catorze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 30 (trinta) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, (d) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 42 (quarenta e dois) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, e (e) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de celebração do respectivo instrumento particular de outorga de opção, respeitado o prazo máximo para exercício das opções, que será de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura da respectiva outorga.

b. principais objetivos do plano:

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados em nível gerencial da Companhia, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores e empregados em nível gerencial; e (c) possibilitar à Companhia manter a ela vinculados administradores e empregados em nível gerencial.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos:

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos.

Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas:

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 3% (três por cento) das ações do capital da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas:

Vide item "f" acima.

h. condições de aquisição de ações:

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê (conforme o caso) fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano, respeitado o preço mínimo de 80% (oitenta por cento) do valor médio das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada nos últimos 60 (sessenta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente anteriores à data da outorga da opção, corrigido monetariamente de acordo com índice determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será equivalente (i) ao valor de patrimônio líquido das ações da Companhia, conforme o balanço patrimonial de 31.03.07, quando os Beneficiários forem os diretores da Companhia; e (ii) a 80% (oitenta por cento) do preço de lançamento de ações da Companhia, quando da realização da oferta pública de ações da Companhia, cujo pedido de registro foi protocolado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 10.05.07, quando os Beneficiários forem os demais administradores ou empregados em nível gerencial da Companhia.

j. critérios para fixação do prazo de exercício:

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção. No plano em vigência na Companhia, a opção somente poderá ser exercida se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção poderão ser adquiridas a partir de 6 (seis) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, (b) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser adquiridas a partir de 18 (dezoito) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, (c) até 14% (catorze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 30 (trinta) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, (d) até 13% (treze por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 42 (quarenta e dois) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção, e (e) até 30% (trinta por cento) das ações passíveis de serem adquiridas com o exercício da Opção, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser adquiridas a partir de 54 (cinquenta e quatro) meses contados da data de assinatura deste Contrato de Opção (“Período de Exercício”).

k. forma de liquidação:

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício. O Preço de Exercício será pago à Companhia, de uma única vez, com recursos próprios do Beneficiário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do Beneficiário nos livros da instituição financeira depositária.

l. restrições à transferência das ações:

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do

Beneficiário para com a Companhia.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, e deverão ser exercidos na data do desligamento; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, a critério do Conselho de Administração, serão extintos ou terão seu prazo de carência antecipado; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos, desde que o Beneficiário o faça no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da sua aposentadoria ou afastamento por invalidez permanente, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre a possibilidade dos direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, passarem a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 1 (um) ano, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:



Acionista	Quantidade de Ações	%
Acionistas titulares do controle difuso da Companhia	22.355.180	35,61
Conselho de Administração	3.278.752	5,22
Diretoria	261.184	0,42
Conselho Fiscal	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

	Plano 2007 - Diretoria	
	Opção 2009	Opção 2010
número de membros	3	3
em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
data de outorga	28/06/2007	28/06/2007
Quantidade de opções outorgadas	85.016	78.947
prazo para que as opções se tornem exercíveis	29/12/2009	29/12/2010
prazo máximo para exercício das opções	28/06/2012	28/06/2012
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
em aberto no início do exercício social	-	-
perdidas durante o exercício social	-	-
exercidas durante o exercício social	-	-
expiradas durante o exercício social	-	-
valor justo das opções na data de outorga	R\$ 13,15	R\$ 13,15
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-

n/a = Não se aplica.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

	Plano 2007 - Diretoria		
	Opção 2009	Opção 2010	Opção 2011
número de membros	3	3	3
em relação às opções ainda não exercíveis:			
quantidade	-	78.947	182.177
data em que se tornarão exercíveis	-	29/12/2010	29/12/2011
prazo máximo para exercício das opções	-	28/06/2012	28/06/2012
prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a	n/a
preço médio ponderado de exercício	-	n/a	n/a
valor justo das opções no último dia do exercício social	-	n/a	n/a
em relação às opções exercíveis:			
quantidade	85.016	-	-
prazo máximo para exercício das opções	28/06/2012	-	-
prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-	-
preço médio ponderado de exercício	R\$ 3,08	-	-
valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 13,15	-	-
valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R\$ mil)	R\$ 1.118	-	-

n/a = Não se aplica.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, no último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:



	Plano 2007 - Diretoria	
	Opção 2007	Opção 2008
número de membros	3	3
em relação às opções exercidas informar:		
número de ações	182.177	78.947
preço médio ponderado de exercício	R\$ 3,04	R\$ 3,04
valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	R\$ 2.468	R\$ 1.070
em relação às ações entregues informar:		
número de ações	182.177	78.947
preço médio ponderado de aquisição	R\$ 3,04	R\$ 3,04
valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$ 2.468	R\$ 1.070

n/a = Não se aplica.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação:

Método binomial

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R\$ 13,16 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R\$ 15,30, (ii) preço de exercício de R\$ 2,63, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício, (vi) taxa de juros anual sem risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros, e (vii) prazo de vida da opção de 5 anos.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não foi considerado, para efeito de precificação, o exercício de opções antecipadas.

d. forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não se aplica.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, à diretoria



estatutária e ao conselho fiscal :

2009	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	8	4	3
valor da maior remuneração individual	426	4.860	51
valor da menor remuneração individual	58	1.925	51
valor médio de remuneração individual	154	3.039	51

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica.

13.13. Em relação ao último exercício social, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica.

13.14. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

ANEXO II – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009

Valores expressos em milhares de reais

10. Comentários dos diretores

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

O valor do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 407.615, com um acréscimo de R\$ 52.302 em relação a 31 de dezembro de 2008.

As disponibilidades financeiras (caixa, bancos e aplicações financeiras) atingiram R\$ 142.201 em 31 de dezembro de 2009, com uma variação de R\$ 16.997 em relação ao ano anterior.

Os empréstimos/financiamentos totalizaram R\$ 37.320 e os recebíveis de cartões de crédito/débito somavam R\$ 89.865 em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2008, os valores totais eram, respectivamente, os seguintes: R\$ 40.474 e R\$ 61.994.

Em 2009, a companhia gerou um EBITDA de R\$ 118.574, frente a R\$ 66.938 em 2008, apresentando um acréscimo de R\$ 51.636.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i. hipóteses de resgate**

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Pela estrutura financeira já relatada, a diretoria entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas necessidades de capital de giro e investimentos programados.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A companhia somente possui financiamentos com o BNDES, diretos e indiretos, que montavam R\$ 37.320 em 31 de dezembro de 2009.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2009 tínhamos um limite de financiamento junto ao BNDES ainda não liberado de R\$ 27.826, valor este que deverá ser utilizado no ano de 2010.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A seguir relatamos os principais fatores que afetaram de forma significativa as demonstrações financeiras:

Receita de Vendas

A Drogasil apresentou desempenho em vendas superior ao verificado pelo mercado brasileiro em todos os segmentos de atuação. Contribuíram para este desempenho os seguintes fatores:

a. No ano de 2009, o crescimento de vendas das lojas maturadas, ou seja, com mais de três anos de operação, foi de 18,3%, substancialmente superior ao desempenho do mercado de varejo farmacêutico no Brasil de 14,5%.

b. As lojas em maturação entre 1 ano e 3 anos de funcionamento (76 lojas no último trimestre), apresentaram um crescimento de 82,5%, substancialmente superior ao crescimento do mercado como anteriormente citado.

c. A reforma de 60 lojas no ano de 2009 (30 lojas em 2008), com o objetivo de manter nossa comunicação visual padronizada e atualizada, contribuíram sobremaneira para o desempenho do crescimento de vendas das lojas maturadas.

No ano de 2009 sobre 2008, a Receita Bruta de vendas apresentou um aumento de 34,8% ou R\$ 461.154, totalizando R\$ 1.787.773. No comparativo da Receita Líquida de Vendas 2009 sobre 2008, apresentamos um aumento de 36,5% ou R\$ 460.401, totalizando R\$ 1.720.548. Ao final do exercício de 2009, os produtos abrangidos pela substituição tributária representaram 87,8% no faturamento da Drogasil.

O crescimento de vendas de R\$ 461.154 em 2009 comparado à 2008 foi obtido pela soma da contribuição vendas mesmas lojas (255 lojas) no valor de R\$ 362.531 e R\$ 98.623 provenientes de novas lojas. A taxa de crescimento de “mesmas lojas” foi de 27,4%.

No comparativo 2009 em relação à 2008, o crescimento no número de transações (cupons emitidos) de 20,5% bem como o incremento no valor do ticket médio para R\$ 36,50 (R\$ 32,70 em 2008) contribuíram para o desempenho em vendas da Drogasil. Ressalte-se que 55,1% das vendas são realizadas com pagamento à vista (2008 = 56,0%).

Para efeito de comparação, o índice de inflação acumulado 12 meses dezembro de 2009 pelo INPC foi de 4,11% e a desvalorização do real frente ao dólar americano foi de 25,36%.

No ano de 2009, 72,8% da Receita Bruta de Vendas foi originada pela venda de medicamentos e 27,2% por não medicamentos (Em 2008, a participação foi de 72,3% e 27,7% respectivamente).

No comparativo 2009 sobre 2008, a venda de medicamentos apresentou crescimento de 34,5%, total de R\$ 1.301.926 e a venda de não medicamentos, total de R\$ 485.836 com crescimento de 30,9%.

No comparativo 2009 sobre 2008, o mercado brasileiro de varejo farmacêutico cresceu 14,5% segundo o instituto IMS Health (critério: valores em reais). O segmento “não medicamentos” segundo a ABRAFARMA, apresentou crescimento de 24,4%, no mesmo período (critério: valores em reais).

Destacamos o crescimento de vendas em todos os segmentos de medicamentos na Drogasil, quando comparado ao mercado brasileiro no comparativo de 2009 sobre 2008.

a. A venda de medicamentos genéricos em 2009 cresceu 26,7%, registrando total de vendas de R\$ 182.423. Segundo o Instituto IMS Health, o mercado de medicamento genérico apresentou crescimento de 23,8% no período (critério: moeda local).

b. A venda de medicamentos isentos de prescrição (OTC) em 2009 cresceu 26,9%, registrando total de vendas de R\$ 231.136. Segundo o Instituto IMS Health, o mercado de medicamentos isentos de prescrição

apresentou crescimento de 15,2% no período (critério: moeda local).

c. A venda de medicamentos de “marca” em 2009 cresceu 38,5%, registrando total de vendas de R\$ 888.367. Segundo o Instituto IMS Health, o mercado de medicamentos de marca cresceu 14,3% no período (critério: moeda local).

Lucro Bruto

No ano de 2009, a Drogasil apresentou crescimento no Lucro Bruto de R\$ 104.692 ou 35,6%. No comparativo 2009 sobre 2008, registramos 0,1% de crescimento na margem bruta comparada à receita bruta de vendas. Neste período, ocorreu expressivo crescimento nas vendas (34,8%) e, notadamente, a venda de medicamentos de marca cresceu 1,8% na composição da receita bruta. O nível de estoques (critério: unidades), permaneceram em 51 dias ao final de 2009, inferiores a dezembro 2008 com 57 dias.

Despesas e Receitas Operacionais

Despesas com Vendas

No comparativo 2009 sobre 2008, as despesas com vendas apresentaram um incremento de R\$ 55.347 ou 28,3%, totalizando R\$ 251.094. Ressalte-se a elevação inferior ao crescimento de vendas de 34,8% no período.

O crescimento das despesas com vendas foi devido a:

- a. Incremento das despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ 27.065 ou 23,2%: totalizando R\$ 143.847 em 2009. Destaque-se no ano de 2009, a ocorrência de dissídio no mês de julho no percentual de 5,5%.
- b. Aumento das despesas com aluguéis e condomínios com evolução de R\$ 8.551 ou 28,7% totalizando R\$ 38.348 em 2009.
- c. Incremento das despesas com energia, comunicação e água de R\$ 2.036 ou 24,6%, totalizando R\$ 10.322 em 2009.

No comparativo com a Receita Bruta de Vendas (2009 sobre 2008), registramos uma redução de 0,7% (14,0% em 2009 / 14,7% em 2008), o que evidencia a diluição destas despesas em relação ao crescimento de vendas.

Despesas Administrativas

Em 2009, as Despesas Administrativas apresentaram elevação de R\$ 1.318 ou 3,4%, totalizando R\$ 40.053. Ressalte-se elevação inferior ao crescimento de vendas no período 2009 sobre 2008 de 34,8%.

Contribuíram para este desempenho:

- a. Despesas com pessoal e encargos sociais, incremento de R\$ 1.834 ou 8,5%, totalizando R\$ 23.477 em 2009.
- b. Prestadores de serviços, redução de R\$ 1.403 ou 14,8%, totalizando R\$ 8.089 em 2009.

Em 2008, os prestadores de serviço da Vison totalizaram R\$ 646 (despesas não incorridas em 2009). Ainda em 2008, houve a incidência de despesas com consultoria tributária para recuperação de PIS/COFINS, que representaram R\$ 1.722 (em 2009 = R\$ 643).

Em 2009, a despesa com plano de opções de ações representou R\$ 1.276 (em 2008 = R\$ 1.969). No comparativo com a Receita Bruta de Vendas (2009 sobre 2008), verificamos uma redução de 0,7% nas despesas administrativas.

Receitas Financeiras

No ano de 2009, as Receitas Financeiras reduziram-se em 49,9%, totalizando R\$ 13.274. Essa variação foi decorrência dos seguintes fatores:

- a. Ausência da receita originada de descontos obtidos sobre compras de R\$ 2.174 durante a operação da controlada Drogaria Vison em Brasília (DF) no primeiro semestre de 2008.

- b. Receita de aplicações financeiras apresentou redução de R\$ 10.028, originada pela queda das taxas de CDI ocorridas no ano de 2009.
- c. Posição média de aplicações financeiras em 2009 de R\$ 115.924 e em 2008 de R\$ 178.393.
- d. Cabe destacar que a Drogasil encerra o exercício de 2009 com caixa líquido de R\$ 104.880, uma participação de Financiamentos/Patrimônio Líquido de 9,2% (11,4% em 2008). Do total de Financiamentos, 54,2% são recursos de longo prazo captados junto ao BNDES (2008 = 69,7%). Cabe destacar que não temos operações de derivativos em nossas aplicações financeiras e os investimentos são realizados em títulos atrelados à remuneração da taxa do CDI.

Despesas Financeiras

Em 2009, as despesas financeiras apresentaram uma elevação de 9,8% ou R\$ 433, totalizando R\$ 4.859. Encargos financeiros dos financiamentos, representaram incremento de R\$ 523 no período. Destaque-se que realizamos amortização dos financiamentos de longo prazo com o BNDES no montante de R\$ 15.682 (em 2008 = R\$ 13.919).

Outras Receitas Operacionais

No ano de 2009, as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 32.024 (1,8% das vendas brutas) e apresentaram uma evolução de R\$ 11.236 ou 54,1%. Contribuíram para este resultado os seguintes fatores:

- a. Verbas promocionais e locação de espaço em lojas, com uma variação de R\$ 8.862, totalizando R\$ 17.379 ao final do exercício de 2009.
- b. Recuperação de despesas com Pis/Cofins de R\$ 2.865 em 2009 (0,01% das vendas brutas), em conformidade com a lei 11.945/2009 de 04 de junho de 2009.

Outras Despesas Operacionais

No exercício de 2009, outras despesas operacionais apresentaram incremento de R\$ 984 ou 24,7%, totalizando R\$ 4.971 (0,3% das vendas brutas).

Em atendimento às Orientações para o Comitê e Procedimentos Contábeis (OCPC nº 2), as despesas e receitas não operacionais passaram à ser contabilizadas respectivamente como receitas e despesas operacionais.

Lucro Líquido

No ano de 2009, registramos um Lucro Líquido de R\$ 74.590 (L.P.A = R\$ 1,2574), incremento de R\$ 23.417 ou 45,8% em relação a 2008. Em 2009, apropriamos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.472 (2008 = R\$ 19.422). Em 2008, registramos L.P.A. de R\$ 0,8665, ou seja, 2009 sobre 2008 incremento de L.P.A 45,1%.

Encerramos 2009, com um retorno sobre vendas de 4,2% (2008 = 3,9%), incremento de 0,3% no período.

EBITDA

No comparativo 2009 sobre 2008, o EBITDA apresentou uma evolução de 79,4% ou R\$ 52.496, totalizando R\$ 118.574 em 2009.

Consideramos os seguintes ajustes no cálculo do EBITDA para refletir apenas despesas e receitas recorrentes nos períodos:

Exercício de 2008:

- a. Descontos obtidos sobre compras durante a existência da controlada Drogaria Vison em Brasília (DF) no montante de R\$ 2.174.
- b. Despesas não recorrentes relacionadas a prestadores de serviços e demissões de quadro durante a existência da controlada Vison em Brasília (DF) nos montantes respectivos de R\$ 480 e R\$ 646.

Considerado estes ajustes, a margem EBITDA apresentou resultado de 6,6% das vendas em 2009, incremento de

1,4% em relação a 2008. O EBITDA totalizou R\$ 118.574, crescimento de 70,9% em relação ao EBITDA ajustado de 2008. Ressalte-se que, no mesmo período, o crescimento em vendas foi de 34,8% e do ticket médio de 11,8%.

Nota: O EBITDA é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício- Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, consistindo no Lucro Líquido adicionado do Resultado Financeiro Líquido, da Depreciação e Amortização, do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A margem EBITDA representa o EBITDA dividido pela Receita Bruta de Vendas.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos e não medicamentos. Segue a abertura das receitas nos dois últimos anos:

	2009	2.008
Marca	888.367	641.598
Genéricos	182.423	143.973
OTC	231.136	182.157
Medicamentos	1.301.926	967.728
Não Medicamentos	485.836	371.242
Total Geral	1.787.762	1.338.971

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1, letra h.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os principais impactos nas receitas da Companhia estão relacionados ao aumento de volume de vendas e ao reajuste de preços dos medicamentos, que já há alguns anos acontece no dia 31 de março. Em 2009, tivemos um crescimento no volume de vendas em unidades de 17,9% e os preços dos medicamentos foram reajustados em 5,9%.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e poderá nos afetar negativamente. As desvalorizações normalmente afastam o acesso ao mercado financeiro estrangeiro e instigam a intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessivas. As desvalorizações também reduzem o valor em Dólar dos dividendos e outras distribuições feitas em relação às nossas ações e o valor equivalente em Dólar das nossas ações. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que nós vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar

em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4. Os diretores devem comentar :

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício de 2009, não houve mudanças importantes nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Alterações recentes das práticas contábeis:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP no. 449 de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB. A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1o. de janeiro de 2008.

Como resultado das mudanças na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia passou a reconhecer contabilmente o plano de opção de compra de ações como despesa do exercício.

Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial de Lei no. 11.638/07 e da MP no. 449/08, a Administração da Companhia optou por seguir estritamente o inciso 1o. do art. 186 da Lei no. 6.404/76 e considerou o dia 1o. de janeiro de 2008 como sendo a data de transição para adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante o ano de 2009, foram publicadas novas normas e interpretações de normas, que alteram as práticas contábeis

adotadas no Brasil, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras a partir do exercício social que se iniciará em 1o. de janeiro de 2010. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, deverão ser reapresentadas, no exercício de 2010, para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A seguir apresentamos as principais normas e interpretações que poderão influenciar de forma mais relevante nas demonstrações financeiras da Companhia do próximo exercício e cujos valores não são conhecidos no presente momento: CPC 16 – Estoques; CPC 21 - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros; CPC 24 - Eventos subsequentes; CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes; CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 30 – Receitas; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 33 - Benefícios a empregados; CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração; CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação; ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil; ICPC 04 - Alcance do CPC10 - Pagamento baseado em ações; ICPC 05 - CPC 10 - Pagamento baseado em ações; ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos; ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial; e ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser efetuada.

Contingências

As provisões para contingências são constituídas levando em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perda, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora ou depósitos em juízo.

Reconhecimento da receita

O reconhecimento de receita de venda de mercadorias compreende o valor faturado na venda, a qual é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Créditos fiscais

A Companhia tem apropriados créditos fiscais de ICMS contra a Fazenda do Estado de São Paulo, na conta de ICMS a Recuperar (circulante e não circulante). Na data do balanço, a Companhia avalia a possibilidade de recuperação e se há evidência objetiva de que os créditos fiscais estão registrados por valores acima de seu valor recuperável ("impairment").

Vida útil de ativos não-circulantes

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido. As taxas de depreciação foram modificadas em função da nova estimativa de tempo de vida útil-econômica das edificações.

Conforme facultado pela Lei no. 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 — “Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07”, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como novo valor de custo das edificações e terrenos. A realização da reserva de reavaliação decorrente da depreciação ou alienação dos respectivos imóveis é transferida para lucros ou prejuízos acumulados. A depreciação é calculada pelo método linear. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da

alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Planos de pensão

Não se aplica.

Ajustes de conversão em moeda estrangeira

Não se aplica.

Custos de recuperação ambiental

Não se aplica.

Critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os controles internos da Companhia podem ser considerados confiáveis, uma vez que não houve registros de fraudes ou outro tipo de fato importante relacionado e os auditores independentes não reportaram qualquer falha que pudesse comprometer as demonstrações financeiras em seus relatórios.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Conforme comentado no item anterior, não foram reportadas pelos auditores falhas que pudessem comprometer as demonstrações financeiras.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando :

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades,

indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

iv. **contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

b. **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

b. **natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. **investimentos, incluindo:**

i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2009, foi investido um valor total de R\$ 49.854 em ativos imobilizados e intangíveis. Para 2010, estão previstos investimentos em ativos imobilizados e intangíveis da ordem de R\$ 95.000.

iii. **fontes de financiamento dos investimentos:**

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:**

Não se aplica.

b. **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:**

Não se aplica.

c. **novos produtos e serviços, indicando:**

i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:**

Não se aplica.

ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Não se aplica.

iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados:**

Não se aplica.

iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.